

## ÍNDICE

	pág.
PARTE I	5
1. Introdução	5
2. A situação em várias ordens jurídicas de <i>civil law</i>	8
3. Referência ao Direito inglês	12
4. Referência ao Direito dos EUA	13
5. PECL, DCFR, Princípios UNIDROIT e “Roma II”	20
PARTE II. SEDE LEGAL	23
1. No Brasil	23
a) Antes do Código Civil de 2002	23
b) Com o Código Civil de 2002	28
2. Em Portugal	38
PARTE III. QUESTÕES GERAIS	47
1. O problema no direito público	47
a) Situação em Portugal	48
b) Situação no Brasil	51
2. A designação do instituto	53
3. Início da relação pré-contratual	54
PARTE IV. OBRIGAÇÕES PRÉ-CONTRATUAIS	67
a) O âmbito das obrigações pré-contratuais	67
b) Os acordos pré-contratuais	71
b <sup>1</sup> ) Disponibilidade ou injuntividade da boa fé pré-contratua	77
b <sup>2</sup> ) Aceitação com modificações	78

1. Obrigação de informação	86
a) Comunicação e esclarecimento do conteúdo contratual	87
b) Informações complementares de conteúdo	91
c) Informação em geral	93
d) Informação quanto ao objecto	95
e) O risco de desenvolvimento	100
f) Obrigação de informação em alguns contratos	106
g) No contrato de trabalho	108
h) No contrato de seguro	129
i) Nos actos médicos	130
j) Ónus da prova	131
l) Dever de conselho	131
m) O ónus de auto-informação	134
n) Negociações paralelas	140
o) A onerosidade como critério de atribuição da obrigação de informação	145
p) Outros aspectos da obrigação de informação	147
2. Outras obrigações pré-contratuais	154
a) Obrigações de guarda e restituição	154
b) Obrigação de sigilo	154
c) Obrigação de clareza	159
d) Outras obrigações	160
3. Obrigação de lealdade	161
a) Não rompimento das negociações	164
b) Questões acessórias	181
 PARTE V. FUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL	 187
 PARTE VI. OS DEVEDORES E OS CREDORES	 193
a) Os devedores	193
b) Os credores	205
 PARTE VII. DANOS INDEMNIZÁVEIS	 209
 PARTE VIII. REGIME DA RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL	 251

BIBLIOGRAFIA	271
JURISPRUDÊNCIA PORTUGUESA	287
JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA	295

